

## ALGUMAS PROJEÇÕES SOBRE A GLOBALIZAÇÃO

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,**

Professor Emérito das Universidades Mackenzie, Paulista e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária - CEU.

O 1º choque do petróleo provocou impacto novo no mundo ocidental. Acostumado a comprar o barril de petróleo a 2 dólares, preço que vinha sendo mantido há meio século, passou a adquirí-lo a 12 dólares. O mundo, dependente de um componente energético tão barato, não se preparara para tal elevação. Ao contrário, na segunda metade da década de 60, o baixo preço gerou tal crescimento da economia, que mesmo os países subdesenvolvidos passaram a exportar “pontas de estoque” para os países desenvolvidos. Firmou-se, inclusive, a teoria de que o mundo esgotaria suas reservas naturais mais rapidamente do que poderia se preparar para soluções alternativas. Havia excesso de demanda e escassez de produção mundial, do que se

beneficiaram todos os países emergentes. A energia barata corrigia todos os erros econômicos de empresários e governos.

O 1º choque quebrou esta cadeia. O principal produto da economia mundial sextuplicou de preço e os recursos financeiros depositados em grandes instituições mudaram de mãos, ou seja, dos países industrializados para os países produtores de petróleo. E o perfil do investidor também foi alterado, sendo que a liquidez desejada pelos novos senhores das finanças mundiais, transformou os empréstimos de longo prazo em empréstimos de curto prazo. A crise econômica do início da década de 70 decorreu do conservadorismo dos países desenvolvidos, que não quiseram aceitar as novas regras, e das instituições financeiras, que, à falta de segurança das aplicações a longo prazo, adotaram juros flutuantes em seus empréstimos.

O excesso de recursos disponíveis a juros flutuantes levou os países emergentes a serem seus grandes tomadores, neste período formando-se a grande dívida externa de todos eles, denominada, eufemisticamente, de “poupança externa” pelos economistas brasileiros.

O 2º choque do petróleo levou ao descompasso definitivo, quando o petróleo subiu a 30 dólares o barril

(1979). Tal aumento gerou um brutal protecionismo, na economia mundial, com os países desenvolvidos colocando esse tema no “Tokyo Round” do Gatt e adotando-o em suas economias para controlar a inflação, com pleno conhecimento de que tais medidas terminariam por gerar uma recessão na economia mundial. Os efeitos sobre os países emergentes foram dramáticos, representando a perda de uma década (80) e a retomada da inflação em todas as nações subdesenvolvidas.

No Brasil, sua balança comercial, no início dos anos 80, estava comprometida em 50% com a importação de petróleo, com o que de um crescimento do PIB de 8,8%, em 79, nossa economia passou, no início de década, praticamente a uma situação de estagnação e crescimento assustador da dívida interna de 18 bilhões de dólares para mais de 100 bilhões no fim do decênio.

O Setembro Negro de 1982, com a moratória mexicana, a moratória brasileira de 86 e a alta inflação, praticamente estagnaram nossa economia, à semelhança do que ocorreu em quase todos os países emergentes.

À evidência, a guerra fratricida entre árabes, os choques entre Irã e Iraque, que se alongaram além do esperado,

levou a um descontrole da OPEP, que culminou com a Guerra do Golfo, quando o Ocidente definitivamente garantiu o fornecimento do petróleo, àquela altura já reduzido seu preço a 18 dólares o barril.

Neste quadro, em que as nações desenvolvidas se protegeram e as nações em desenvolvimento se desorganizaram, a derrocada do império soviético abriu espaço ao domínio amplo dos Estados Unidos. Seu estilo e sua economia, entretanto, mudaram de perfil, não mais brandindo a espada do protecionismo, como o fizeram em 1971, em Tokyo, e sim aquela da globalização da economia. Passaram a defender a abertura de todos os mercados para os produtos dos países desenvolvidos, naquilo em que fossem mais competitivos, sem, contudo, admitir que seus mercados fossem abertos aos países menos desenvolvidos, naqueles segmentos onde a produção nacional não ostentasse condições de competir (agropecuária, na Europa, ou setor siderúrgico, nos Estados Unidos).

A pouca experiência dos países em desenvolvimento –às voltas com recursos insuficientes, governos incapazes e máquinas burocráticas esclerosadas-- em enfrentar o livre comércio implicou, na década de 90, uma abertura de mercado sem contrapartida e a transferência de empregos dos países

em desenvolvimento para os desenvolvidos, sobre ter havido um crescimento permanente do PIB destes países com medíocre performance dos países emergentes, mesmo os de maior expressão, como Brasil, Argentina e Índia.

É que a globalização da economia, somada à falta de políticas de salvaguardas, representou para os países emergentes uma devastação de sua economia, com os investimentos estrangeiros --que permanecem, provisoriamente e que podem sair a qualquer momento—vindo substituir os investidores locais, impossibilitados de concorrer com a maior tecnologia e o maior capital das grandes nações.

Argumenta-se que os investimentos estrangeiros permanentes feitos no Brasil, no ano de 99, foram de 30 bilhões de dólares aproximadamente —o maior já recebido— sem que se perceba que o PIB caiu de 760 para 555 bilhões de dólares, que as empresas nacionais foram vendidas por valores aviltados pela desvalorização cambial e de que nenhuma nação desenvolvida (EUA, União Européia, Japão) ou emergente (Coréia) permitiu ou tem permitido a desnacionalização de seu parque empresarial nas proporções em que tal desnacionalização ocorreu entre nós.

O certo é que a “globalização”, que veio para permitir a entrada da humanidade em uma nova era, como contradição, trouxe o fortalecimento das nações mais fortes e o enfraquecimento das nações mais fracas. Estas, felizmente, não quiseram se submeter à farsa de Seattle, na Rodada do Milênio, que objetivava manter o protecionismo dos países mais desenvolvidos e a abertura de mercado dos países emergentes.

SP, 11/2000.